

Diário do Legislativo de 29/02/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 70ª Reunião Extraordinária

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

ATAS

ATA DA 70ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 24/2/2000

Presidência do Deputado Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.212; discursos dos Deputados Márcio Cunha e Paulo Piau; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Paulo Piau; questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Miguel Martini; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Adauto - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Chico Rafael - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Bené Guedes, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Não havendo matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.212, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 7.658, de 27/12/79, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Eduardo Brandão opina pela manutenção do veto. Com a palavra, o Deputado Márcio Cunha, que ainda dispõe de 42 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, quero utilizar esse tempo para ratificar o que disse ontem ao me pronunciar logo após o ilustre Deputado João Leite, que criticou o Governador do Estado e o nosso Governo em relação a esse veto. Disse e confirmo que as críticas do ilustre Deputado eram exageradas, visto que o veto do Governador a esse projeto é absolutamente técnico. Esta Casa e o Governo do Estado não cuidaram para que fizéssemos um texto condizente com a realidade. Ou seja, a Secretaria do Turismo é que é a implementadora, a interlocutora com a sociedade no planejamento da política de turismo do Estado.

Quero aproveitar o ensejo para também, Sr. Presidente, ao terminar a minha fala, anunciar que estamos preparando um pronunciamento a respeito do movimento de bases do PMDB, que estamos chamando de MDB, que sem dúvida alguma, tem muito a ver com a minha trajetória política, já que sou um dos fundadores desse partido.

Por diversas vezes, em função das dificuldades do partido, inúmeros companheiros, amigos e correligionários suscitaram a possibilidade de eu abandoná-lo. Mesmo nas horas mais difíceis, estive sempre com o PMDB. Vejo nos movimentos de base o que sempre preconizei. Não é porque o partido passa por um momento difícil que vamos nos afastar. Devemos, sim, lutar pelas nossas idéias. Infelizmente, parte do PMDB nacional está absolutamente equivocado em insistir no apoio ao Governo Fernando Henrique. Não é por causa disso que vou ter constrangimento de ser peemedebista e vou deixar o partido. Pelo contrário, vou lutar no PMDB, para mostrar a esses companheiros o equívoco que estão cometendo. Nesse sentido, anuncio que estamos preparando um pronunciamento.

Quero, nesta oportunidade, fazer uma homenagem aos históricos do PMDB, àqueles que fizeram um movimento num momento importante da história do Brasil, mostrando, sem dúvida alguma, que é possível, dentro de um partido, lutando com suas próprias contradições, haver homens e mulheres de bem, que, efetivamente, têm a lucidez de entender o momento. O momento é de mostrar ao Presidente Fernando Henrique que a política econômica adotada por ele leva à infelicidade completa do nosso povo, leva ao desemprego, leva, enfim, a uma série de desordens. Não podemos mais compactuar com essa situação, que faz com que o nosso País, apesar de suas belezas e riquezas, tenha uma população infeliz, que não vê melhores perspectivas.

Obrigado pela atenção, Sr. Presidente e ilustres Deputados.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, tomo a palavra, neste momento, para discutir o veto do Sr. Governador do Estado ao projeto que diz respeito à Secretaria de Estado do Turismo e à TURMINAS. Antes, porém, Sr. Presidente, gostaria, já que o tempo é bem dilatado, de fazer um comentário.

Primeiramente, quero desejar aos colegas boas-vindas neste segundo período legislativo, no ano 2000. Que possamos, na verdade, cada dia mais, engrandecer o Poder Legislativo, que é a essência da democracia, em qualquer instância, seja federal, seja estadual, seja municipal. Estamos no Legislativo mineiro, e compete a nós, 77 Deputados, valorizar esta Casa, para que a sociedade mineira possa se orgulhar de nós, políticos, coisa que está distante, porque nós estamos dando razões para que a comunidade e o povo possam nos detestar como estão detestando os políticos de todo o Brasil. Essa razão nada mais é do que uma injustiça com o Legislativo, porque, na verdade, o poder público do País encontra-se podre. Nesse apodrecimento, a sociedade vai em cima daquele que aparece mais, daquele que é mais aberto, que é exatamente o Poder Legislativo. É claro que temos que mostrar que isso aqui é verdadeiramente um Poder. A palavra "poder" significa força, significa autonomia, significa ter opinião própria, significa trabalhar, votar em vista do desenvolvimento da sociedade do Estado de Minas Gerais. Evidentemente, tivemos, no período passado, algumas ações que denegriam a imagem do Legislativo. A primeira delas foi o atrelamento excessivo ao Executivo. Não podemos admitir, não podemos entender como o Poder Executivo possa ter tanta influência nesta Casa. O sonho, evidentemente, sempre é mudarmos essa realidade. Entendemos bem que democracia se faz com a Situação, que apóia o Governo, e se faz com a Oposição, com críticas inteligentes, construtivas. Também não entendemos como os ordens do Palácio da Liberdade... Isso não é uma coisa deste Governo, não quero dizer que isso está ocorrendo apenas agora, porque no Governo passado, de que participei também, essa condição existia. Mas é claro que essa não é uma situação que agrada a todos nós. Há sempre uma hora de mudança. Já que sociedade está em uma mudança, em uma revolução cultural conceitual, sempre é momento de mudarmos. Portanto, gostaria de ver este parlamento, neste ano, com maior autonomia, com voz ativa, com mais poder e menos subserviente ao Poder Executivo.

Outro fato que nos desagradou bastante, para que eu possa entrar no projeto, é exatamente a condição que se deu à Oposição, no período legislativo anterior, uma condição que desvaloriza também a nossa Oposição, desvaloriza o Poder Legislativo, porque a única arma que existe nesta Casa para todos nós - e o que nos dá segurança - é o Regimento Interno. Lamentavelmente, ele foi rasgado pela Mesa desta Casa na legislação anterior. Vamos, evidentemente, tentar, neste ano, ver se as normas, se as regras são respeitadas. Se nós, que fazemos as leis, que votamos as leis e que votamos o nosso Regimento Interno, o desrespeitamos, estamos dando o grande mau exemplo para que a sociedade também não respeite as leis, para que a sociedade também cometa desobediência civil. Portanto, não podemos, evidentemente, recriminá-la quanto ao tráfico de drogas, ao roubo de cargas, ao roubo de carros, à insegurança e aos homicídios que estão ocorrendo por aí. O mau exemplo neste País começa de cima para baixo. A partir do momento em que o bom exemplo vier de cima para baixo, vamos ter uma sociedade mais solidária, mais produtiva, uma sociedade que contribua mais com o desenvolvimento do País.

Portanto, gostaríamos de deixar registrado que todos nós este ano não feríssemos de morte o Regimento Interno, sob pena de que esta Casa, na verdade, não se comprometa com o povo mineiro.

Tenho aqui em mão a mensagem do Sr. Governador com as suas razões. Quero, mais uma vez, para que a sociedade que nos ouve neste momento, pela TV Assembléia, possa entender, mostrar as razões que o Sr. Governador expõe para vetar parcialmente a Proposição de Lei nº 14.212, que dá nova redação a artigo da Lei nº 7.658, de 27/12/79, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS.

Foi oposto veto parcial à nova redação do inciso II do referido dispositivo, fundado em razões de ordem constitucional e de interesse público. Portanto, gostaria de fazer um comentário com relação à importância da TURMINAS, fazer uma referência. Está aqui também a Deputada Elbe Brandão, uma defensora, uma Deputada que vem trabalhando bastante em favor do desenvolvimento do turismo em Minas Gerais. Portanto, fica a nossa congratulação com o seu esforço e com o de todos os Deputados que entendem que essa área, na verdade, é muito promissora para o Estado.

Faço parte da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais. Sou ainda do corpo efetivo. A EPAMIG hoje é um braço da Secretaria da Agricultura, para operacionalizar os trabalhos de pesquisa de Minas Gerais, uma pesquisa, no caso, agropecuária. Portanto, compreendo que a TURMINAS é exatamente esse braço operacional da Secretaria recém-criada, a do Turismo.

Aliás, diga-se de passagem, a criação da Secretaria do Turismo é uma ação do Governo do Estado que devemos aplaudir, porque Minas Gerais tem, de fato, um potencial muito grande para desenvolver a chamada indústria sem chaminés, que é o turismo.

E por falar em turismo, muita gente pensa que Minas Gerais está presa ao turismo histórico - Ouro Preto, Mariana, Congonhas - e ao turismo das águas - Caxambu, São Lourenço, Lambari e Poços de Caldas -, mas a verdade é que o turismo se expandiu. Hoje temos outras áreas turísticas, e o Governo deve ser parceiro da iniciativa privada, não para colocar recursos na atividade direta, mas para criar infra-estrutura, para que os investimentos privados possam se constituir. Ao falar do turismo das águas, não me refiro apenas às estâncias hidrominerais, mas também às áreas alagadas, que têm um potencial enorme para a geração do chamado emprego e renda.

Além disso, contamos com muitas áreas para desenvolver o turismo ecológico. A visitação a parques e a áreas em que o meio ambiente ainda está preservado tem atraído pessoas de todo o mundo. Minas pode explorar isso.

Outra área que também cresce no Brasil e no mundo é o turismo rural. Mais de 80% da população brasileira reside nas cidades, o que leva as pessoas a perderem o contato com o meio rural, a ponto de haver quem pergunte se arroz é feito de farinha de trigo. Isso é um fato. A vontade de buscar o contato com a terra, onde estão nossas raízes, pais, avós, bisavós, tem incentivado o turismo rural.

Como vêem, Minas Gerais tem muitas áreas turísticas para explorar, e caberá à Secretaria do Turismo fazer toda a parte política e buscar investimentos para implementar nosso turismo. Infelizmente, o Brasil tem pouca poupança e tem que contar com os recursos externos para incentivar uma atividade tão importante. A TURMINAS é o braço operacional que pode dar sustentação e agilidade às intenções e às políticas da Secretaria do Turismo.

Continuando a leitura das razões do veto: "Responsável pela geração de emprego e renda, em valores expressivos, o setor turístico merece ser gerido de forma planejada, para produzir benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais.

A criação da Secretaria de Estado do Turismo - SETUR - vem fortalecer essa atividade, tão rica em nosso Estado e até então relegada a plano inferior, cabendo ao mencionado órgão estabelecer os programas, projetos e diretrizes básicas, bem como a coordenação da atividade turística no Estado.

Para tanto, a Lei nº 13.341, de 28/10/99, dispõe que compete à Secretaria do Turismo a celebração de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos com entidades de direito público e privado, nacionais e estrangeiras, para a realização de seus objetivos.

A Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS - ficará responsável, portanto, pela operacionalização dos programas e projetos turísticos preestabelecidos pela Secretaria, de forma a evitar a superposição de funções entre os órgãos e a empresa.

No entanto, a nova redação do inciso II do art. 2º da Lei nº 7.658, de 27/12/79, dada pela proposição em referência, conflita com as atribuições da SETUR, pois a celebração de convênios específicos para viabilizar projetos no âmbito das atribuições delegadas ao Estado pelo órgão federal de turismo é competência da Secretaria, de acordo com interpretação extensiva dada aos incisos III, IV e VI do art. 20 da Lei nº 13.341, de 28/10/99.

A manutenção dessa competência no âmbito das atribuições da TURMINAS ensejaria conflitos de ordem funcional entre a empresa e a Secretaria, o que poderia acarretar prejuízos para o setor turístico, decorrentes de um planejamento mal formulado.

O órgão e a empresa devem trabalhar juntos e de forma ordenada, para viabilizar a implantação dos projetos turísticos no Estado de Minas Gerais".

Essas são as razões do veto oposto ao Projeto de Lei nº 13.357.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, observando o Plenário, percebo que não há 26 Deputados presentes. Portanto, solicito a V. Exa. que encerre a reunião.

O Deputado Luiz Fernando Faria - Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada para recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Doutor Viana) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 34 Deputados. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o veto, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Muito bem, Sr. Presidente. O Plenário estava vazio naquele momento e evidentemente as discussões precisam da presença dos Deputados. Portanto, havendo "quorum", continuaremos discutindo o veto do Sr. Governador do Estado à Lei nº 13.357, de 17/11/99, que trata da Secretaria de Estado de Turismo e da TURMINAS. Nesse caso, gostaríamos de dizer que esta Casa deu uma grande contribuição, porque o Governador, em seu projeto original, pedia a extinção da TURMINAS. Mas a importância da Assembléia Legislativa é exatamente trazer a sociedade para dentro desta Casa para discutir tudo aquilo que for de seu interesse. O projeto passou pela Comissão de Justiça, pela Comissão de Administração Pública e pela Comissão de Turismo, Indústria e Comércio e desaguou no Plenário. Sabiamente, os Deputados votaram certo. Esse é um lado do Legislativo que valorizamos, uma vez que temos de corrigir muita coisa também. O Executivo nem sempre acerta em suas propostas e decisões. Se fosse dessa maneira, não teríamos a democracia.

Foi um grande feito da Assembléia fazer permanecer a TURMINAS como uma empresa e um braço operacional do Governo do Estado. O veto oposto visa exatamente a corrigir a duplicidade de funções entre a TURMINAS e a Secretaria de Turismo. Trata-se, portanto, de mais uma contribuição entre o envio do Executivo para o Legislativo, que provoca discussão e decisões neste parlamento, bem como o retorno à análise jurídica que é feita depois do projeto modificado na Assembléia. A isso, chamamos de refino e aperfeiçoamento dos projetos.

Sr. Presidente, não basta apenas criar a Secretaria de Turismo, não basta apenas manter a TURMINAS como braço operacional. É necessário que haja vontade política por parte do Governo para a implementação da atividade. Estamos percebendo que o Estado de Minas Gerais vive momentos complexos porque as ações políticas tomadas pelo Governo do Estado normalmente são extremadas. Nosso Governador parece estar menos preocupado em governar e mais preocupado em ser candidato a Presidente da República. Isso gera um conflito gerencial enorme. Estamos vendo Minas Gerais viver uma situação difícil porque, segundo dados do IBGE, no que diz respeito ao crescimento industrial, nosso Estado teve o pior desempenho no ano de 1999.

Se o setor industrial teve o pior desempenho, isso é um reflexo de que o desempenho foi ruim também na geração de emprego e renda. Evidentemente, toda ação possui uma reação igual e contrária. Essa é uma lei da física válida para a política também. Decisões radicais até são válidas para dar um choque, para chamar atenção do País, para chamar a atenção do Governo Federal com relação ao pacto federativo, com relação à condução da economia, mas gostaríamos que o Governador do Estado fizesse duas coisas boas, uma para o País e outra para o Estado. Estamos percebendo que essa reação tem prejudicado muito o Estado. Fazer um contraponto ao Governo Federal é missão de todos os Governadores. Todos os políticos devem apontar tudo que há de ruim no País, mas é importante também ter o olho na governabilidade do Estado de Minas Gerais. Temos 27 Estados e todos deveriam caminhar juntos. Minas Gerais está pagando o preço sozinho de uma ação extremada e radical do Governador Itamar Franco. Concedo um aparte ao Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Nobre Deputado Paulo Piau, concordamos com V. Exa. e vamos discutir esse projeto daqui a pouco.

Queremos aproveitar a oportunidade para dizer que estamos discutindo um veto do Governador, e o assunto tem a ver com o turismo. A promessa de S. Exa. era a de que daria toda a atenção ao turismo. O mundo globalizado e, principalmente Minas Gerais, com toda a riqueza e o potencial turístico que tem, já deveria, há mais tempo, estar debreado sobre essa questão. E este Governo, na medida em que o Governo Federal prioriza e tem grandes avanços na área do turismo, não fez praticamente nada até agora.

São 15 meses de administração, e apenas agora teremos um Secretário de Turismo. E a questão previdenciária? Já são 15 meses de Governo, e não vimos sequer uma lei adequando o

Estado de Minas à nova realidade da legislação federal. O que estamos percebendo é que ainda continuamos sem governo. Apenas agora são indicados alguns Secretários. Parece que o Secretário Manoel Costa é alguém entendido na área e poderá fazer um trabalho muito bom. Mas somente agora irá fazer um plano de governo. Já teremos campanhas para eleições municipais pela frente. Estamos perdendo recursos internacionais, recursos do Governo Federal, porque não temos um projeto.

Qual é o modelo de governo para Minas Gerais? Quanto o Governo de Minas está prevendo do PPA, que será aprovado no Governo Federal? Como fica a questão do estudo dos eixos estratégicos de desenvolvimento do País que interferem necessariamente em Minas Gerais? Que discussão este Governo está fazendo? É como se Minas Gerais, que o próprio Governador disse ser um Estado síntese, não fizesse parte do Brasil.

Ora, suas questões pessoais com o Presidente da República devem ser tratadas de forma pessoal, sem envolver a administração pública; o Estado de Minas Gerais e os mineiros é que não podem ser prejudicados por uma birra pessoal do Governador com o Presidente da República. Com isso, Minas está sendo abandonada.

V. Exa. tem toda razão: como podemos ter expectativas boas? Por exemplo, o Governador opôs 16 vetos aos projetos aprovados na Casa. Será que somente S. Exa. sabe o que é bom para Minas Gerais? Já o ouvimos dizer: "Minas levanta a voz", é o "slogan" utilizado por S. Exa. Talvez tenha que levantar muito mais a voz, porque ele não escuta. Minas inteira discutiu o projeto do Código de Contribuintes; no entanto S. Exa. tapou os ouvidos para não ouvir a voz de Minas. Esse processo havia sido discutido na Casa com a participação de técnicos do Governo e fora acordado com o Líder do Governo da Casa.

Acho que Minas precisa gritar: "Sr. Governador, comece a governar Minas Gerais". Fiquei sabendo que, mais uma vez, S. Exa. vai ficar 15 dias no exterior. Será que ele pensa que é Presidente da República, tanto é o seu desejo de sê-lo? Minas pagará um preço muito alto por essa atitude do Governo, de apenas confrontar-se com o Presidente da República, em vez de estar preocupado em governar Minas Gerais. Parabéns a V. Exa. pelo raciocínio. No nosso entendimento, essas questões devem ser levantadas e explicitadas, porque o povo mineiro precisa conhecê-las. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Essa linha de raciocínio que V. Exa. desenvolve é extremamente importante. Nossa missão na Casa não é dar informações erradas. A nossa função é transmitir ao povo de Minas Gerais uma informação fidedigna, um pensamento e idéias que evidentemente podem ser contraditórias, pois isso faz parte da democracia. Mas é nossa função passar, com toda a verdade, nossa impressão, o nosso sentimento, o nosso ponto de vista, porque afinal de contas, somos pessoas diferenciadas. Fomos eleitos por uma comunidade que pensa que damos conta de mudar alguma coisa do que aí está para o benefício da própria sociedade. Mudar, às vezes, não é como antigamente, como no século passado, em que os imperadores iam à briga tomar os territórios. Hoje, na era da Internet e da comunicação globalizada, vale mais o diálogo e a capacidade de negociação do que a briga pelas armas e, às vezes, a briga pessoal, como disse o Deputado Miguel Martini.

No caso do turismo, especialmente, vejo que duas grandes linhas do turismo em Minas Gerais são o Governo Federal, como V. Exa. disse, e os recursos internacionais. O Governador rompeu com o Governo Federal, mas, felizmente, S. Exa. está procurando o Governo Federal. Devemos aplaudir essa atitude, porque S. Exa. verificou, depois de mais de um ano de Governo, que precisa relacionar-se com o Governo Federal. Afinal de contas, somos uma Nação federada, com 26 Estados e um Distrito Federal e, portanto, estamos todos ligados. Não concordamos com a forma como o Governo Federal centraliza os recursos. Há que se brigar pelo pacto federativo, como temos de brigar contra a guerra fiscal entre os Estados, mas são situações que aí estão. Não damos conta de mudar isso da noite para o dia. Temos de ir à luta para mudar essa realidade, mas sabemos da resistência que há, não somente em relação ao Executivo Federal, mas ao Congresso Nacional.

Parece que o Governador Itamar Franco gostaria até de fechar o Congresso Nacional para fazer essas mudanças. É também uma opção, mas, nesse caso, rompemos com o processo democrático. Particularmente, acho que o caminho não deve ser esse. Mas é fundamental estar bem-relacionado, por exemplo, com a EMBRATUR, o braço operacional do Governo Federal, para buscar recursos a serem aplicados no turismo.

Isso é de fundamental importância para o Estado de Minas Gerais, que não tem poupança suficiente para incentivar e criar infra-estrutura para o turismo. Até hoje vejo gente defendendo essa moratória, sustentando essa coisa podre repudiada pelo povo de Minas, porque moratória significa briga. Estamos vendo nesta Casa Deputados sustentarem a posição do Governador Itamar Franco, dizendo que ela foi boa para Minas Gerais. Ao contrário, as consequências dessa moratória não vêm agora. Apesar de estarem aí, vão se prolongar por muito tempo, como aconteceu no Governo Sarney, que declarou que, se pudesse arrender-se e voltar atrás naquela moratória internacional, faria o Brasil caminhar mais rápido rumo ao desenvolvimento. As análises que estão por aí dizem que ela foi apenas uma moratória política, mas os prejuízos para o Estado são muito grandes. Se a moratória fosse apenas com o Governo Federal, poderíamos recuperar, pois o Governador Itamar Franco já está indo a Brasília. Temos de aplaudir-lo. Foi isso que defendemos desde o primeiro dia. Foi preciso mais de um ano para que ele entendesse que há necessidade de relacionamento com o Governo Federal. Isso é muito importante. Apesar das feridas abertas, é preciso que façamos esforços para cicatrizar-las para o benefício de Minas Gerais.

Mas a pior moratória, Deputado Miguel Martini, é a moratória internacional. Ao não pagar os eurobônus, ele desvinculou Minas Gerais desse circuito de financiamentos internacionais. Evidentemente que, se Minas Gerais e o Brasil não têm poupança, vamos precisar dos investidores internacionais para desenvolver o turismo. Ao não pagarmos os eurobônus, ao decretarmos a moratória, perdemos a credibilidade junto aos investidores internacionais.

Outra atitude dramática, e esse foi um discurso de sua campanha, foi resgatar a CEMIG. Não vamos entrar no mérito da questão, se foi uma boa ou uma má ação do Governo passado. Não vamos discutir isso, mas a forma de expulsar os sócios estratégicos da CEMIG também é uma outra maneira de romper com os financiadores internacionais. Moratória com o Governo Federal, moratória com os eurobônus, moratória em relação aos americanos, que têm o dinheiro, deixa Minas ilhada, fora do circuito dos investimentos. Se ficar ilhada, Minas estará alijada de novos investimentos, da geração de emprego e de renda. Ficamos estupefatos, quando vemos aqui também Deputados dizerem que temos de gerar emprego e renda para a nossa população, tomando atitudes que vêm exatamente prejudicar a geração de emprego e renda no Estado.

Quero chamar atenção para mais um detalhe. Estamos vendo na imprensa que o Instituto de Desenvolvimento Industrial - INDI -, que é composto de um grupo de especialistas da mais alta qualidade, é praticamente a agência de fomento de Minas Gerais, formado por pessoas que recebem investidores, que intermedeiam os negócios para o nosso Estado, não está recebendo a devida atenção do Governo. É um grupo que precisa ser, cada dia mais, fortalecido, para que o turismo, a indústria, a agropecuária e os serviços de maneira geral possam crescer. O que estamos vendo, através dos noticiários, é que o nosso INDI não está recebendo a devida atenção do Governo do Estado. Isso é grave, porque expulsamos os investidores, tiramos a condição do Estado de planejar e de intermediar negócios. Podemos estar fazendo com que Minas fique afastada de investimentos.

É importante que a comunidade que nos assiste comece a refletir: podemos estar sendo afastados da chamada geração de emprego e renda. Este Governo não cumpre o seu papel de governar o Estado. É claro que nem todos os reflexos virão neste Governo. Se viessem, daria para avaliarmos. Os reflexos vêm em médio e longo prazos. Entretanto, os governos subsequentes poderão sofrer as consequências das medidas tomadas neste momento.

Com relação ao turismo, há que se falar de estradas também. Nós, que viajamos muito por nossa região, por nossa base de apoio político nesse recesso, queremos dizer que existe um estreito relacionamento entre a política e a qualidade de rodovias e estradas. Turista não anda apenas de avião, também anda de carro. E a situação das estradas de Minas Gerais é uma lástima. Uma delas é a MG-190, que hoje se tornou uma rodovia de integração nacional, ligando o Sul, o Norte o Nordeste. Passam por ali aproximadamente 10 mil veículos por dia. Na verdade, se patrolarem e colocarem cascalho, vai ficar melhor do que se deixarem os buracos. É uma região turística, pois temos o lago de Nova Ponte, o lago de Miranda, ligando os lagos do rio Grande com os lagos do rio Paranaíba. Então, como vamos incentivar o turismo se as condições de nossas estradas estão precárias?

Temos também a BR-153, que liga Frutal a Iturama. No Governo passado, fizemos todas as gestões para que aquele trecho fosse recapeado. Ele praticamente integra Minas Gerais a toda a região Centro-Oeste, sobretudo ao Mato Grosso do Sul. É verdade que o Governo passado não deu conta de resolver esse problema, mas já estava com a linha de financiamento encaminhada junto ao Banco Mundial para recapear o trecho entre Frutal e Iturama. Este Governo, com a moratória decretada, estagnou, estancou esse relacionamento, atrasando o conserto de nossas estradas. Não me refiro apenas à BR-050, que é uma rodovia federal, mas a qualquer rodovia que esteja no nosso Estado, porque isso é problema do Estado, seja ela de responsabilidade dele ou do Governo Federal. A manutenção dessas rodovias tem de ser solicitada, reivindicada e exigida por quem dirige o Estado de Minas Gerais.

Se hoje alguém passar na estrada entre Uberaba e Uberlândia, onde circulam aproximadamente 18 mil carros por dia, vai presenciar acidentes a todo instante e chegar à conclusão de que, na verdade, está faltando alguma coisa neste Estado. É inadmissível uma estrada nessas condições. Principalmente essa estrada, por onde passa a riqueza nacional, integrando duas grandes regiões do País, uma estrada de integração nacional. Isso encarece o nosso frete, causando acidentes e mortes. Esse é um problema do Governo do Estado. Ele tem de se relacionar com o Governo Federal, para que este destine recursos para que Minas Gerais possa consertar nossas estradas.

Estive também visitando o Sul de Minas, e a situação de suas estradas não é diferente. De que adianta criar a Secretaria de Turismo e manter a TURMINAS se o nosso turista não tem incentivo para chegar aos nossos pontos turísticos? Quero alertar a comunidade para que ela também nos ajude. O nosso trabalho de oposição não é irresponsável. Estamos aqui fazendo um trabalho, alertando o Governo para que ele cumpra o seu papel, para que o Governador Itamar Franco governe Minas Gerais efetivamente, e não faça apenas política partidária, porque ela é só uma parte da política. Governar o Estado de Minas Gerais, trazer os recursos de que precisamos para que sejamos um Estado como os outros. Outro dia, vi uma reportagem que dizia que o Estado de Tocantins e o Estado de Minas Gerais são os dois Estados que têm as piores estradas do País.

Não adianta apenas jogar a culpa no Fernando Henrique. Quem está governando precisa ter decisões políticas de mudança. Isso aplaudimos. Mas é necessário também relacionar-se, dialogar e buscar um contato com o Governo Federal, para que os recursos possam vir para consertar tudo aquilo que Minas Gerais precisa e merece.

Gostaria também de dizer que turismo está relacionado com educação. Educação e turismo têm uma relação extremamente estreita. Estou assustado com o que vi nas minhas viagens por nossas bases eleitorais do interior. Vi crianças estudando em pé em escola do Estado. Vi crianças que trabalham durante o dia nas propriedades rurais estudarem em pé, à noite. Isso aconteceu na cidade de Veríssimo, município, evidentemente, que precisa de atenção do Estado. Vi coisas que, segundo a imprensa, acontecem no Nordeste ou nas partes mais pobres de Minas, que são a região Norte e o vale do Jequitinhonha. Veríssimo está no Triângulo Mineiro, a 40km de Uberaba. Ali estão crianças que deveriam estar sendo orientadas e educadas para conviver com o mundo das drogas, para conviver, inclusive, com o mundo do turismo. Esse é o atraso que estamos experimentando.

Quero dizer também que recebi diversos pedidos de Diretoras que, às vezes, ficam sem papel para tocar a escola. Como um Estado com essa situação pode pensar em incentivar o turismo? Não bastam as nossas riquezas naturais. É preciso desenvolver ações políticas para que as nossas estruturas sejam fortalecidas e as ações finais da agricultura, da indústria, do comércio, dos serviços e, evidentemente, do turismo possam ter consequência. Os meios são importantes. Buscar a viabilização deles é papel do Estado. Mas, com a intransigência do Governo do Estado no primeiro ano de mandato, evidentemente vamos ficar na boa intenção, nos discursos, sem ver as ações que queremos realizadas.

Não quero o fracasso do Governo do Estado. Sou da Oposição, mas quero que o Governo tenha sucesso suficiente para transmitir sucesso à qualidade de vida do povo mineiro. Incentivar o turismo é uma forma de gerar emprego e renda, para que a nossa sociedade tenha mais oportunidade de trabalho e uma vida mais digna.

Estou também estarecido com o que vi com relação à segurança pública. Não é um problema somente de Minas Gerais, é um problema do País. Mas, quando chegamos a algumas cidades, como Capinópolis, em que a polícia não tem viatura para correr atrás de bandido, ficamos estarecidos. A segurança pública é responsabilidade do Governo do Estado, e não do Governo Municipal nem do Federal. Portanto, precisamos ter policiais em número suficiente, com equipamentos suficientes para promover a segurança não só da comunidade, como também do turista. Ninguém vai a uma região turística com insegurança. É preferível ficar dentro de casa, como já está acontecendo em algumas cidades e Capitais.

Queria também, neste final da fala - meu tempo já está vencendo -, fazer uma homenagem. Ontem, fizemos homenagem aos 20 anos do PT. A posição coerente de um partido de oposição é evidenciar tudo aquilo que acontece de bom no nosso País.

Queria também deixar minha mensagem ao PT, que, com sua estrutura oposicionista, vem, na verdade, contribuindo, com seu contraponto, para fortalecer a democracia brasileira. Deputada Maria José Hauelsen, quero, por meio de sua pessoa, parabenizar todo o PT de Minas Gerais, do Brasil, por esse lado bom que o partido realiza, sugerindo, criticando, até mesmo, de maneira radical, às vezes. Em política, é preciso que se tomem também medidas radicais na hora certa, no momento certo. Quero dizer que esse trabalho ajuda a consolidar, a mobilizar toda a sociedade brasileira. Então, eis minha homenagem aos 20 anos do PT. Quero deixar também os meus votos a esse partido que ajuda a construir a democracia no nosso País.

Sr. Presidente, restam-nos 7 minutos, e poderíamos tocar em vários outros assuntos, mas não quero me estender, para que possa dar oportunidade a outros colegas de discutir o veto do Governador. Mais do que discutir o veto, discutir o turismo, a finalidade da Secretaria de Turismo, da TURMINAS, que é uma empresa extremamente importante para o Estado, desde que a vontade política de desenvolver o turismo não fique apenas na retórica, no discurso. Que o Governo do Estado possa, efetivamente, viabilizar os meios para que o turismo seja incentivado. O Governo já não é aquele que faz, é aquele que apóia, cria condições para que a iniciativa privada possa desenvolver todos os empreendimentos turísticos do Estado.

Portanto, quero terminar pedindo que a comunidade mineira faça sua avaliação, como fiz, das escolas, das estradas, da segurança pública; que toda a comunidade, independentemente de paixão política, cobre do Governador os meios necessários para que a nossa atividade produtiva - neste caso, o turismo - possa se desenvolver.

Quero chamar a atenção da comunidade: não basta aplaudir o Governador do Estado pelo seu contraponto ao Governo Federal. Sabemos quanto o Presidente Fernando Henrique Cardoso está desgastado. O povo está aplaudindo as atitudes do Governador Itamar Franco porque ele faz contraponto ao Governo Federal. Então, é preciso aplaudi-lo pelo contraponto, pelas posições políticas, e é preciso repudiar todos aqueles Governadores que simplesmente falam "amém" ao Governo Federal. Temos que repudiar isso e cobrar do Governador do Estado, Sr. Itamar Franco, com todo o seu secretariado, com todo o seu Governo, que desenvolva ações políticas que venham a fortalecer a economia de Minas Gerais e, assim, fortalecer as ações sociais, gerando mais emprego, renda, dando mais oportunidade de trabalho à comunidade. Isso é o que queremos. Se o Governador conseguir dar governabilidade ao Estado, se o Governador conseguir fortalecer o setor produtivo e a participação da comunidade, aplaudiremos todas as suas ações positivas, assim como aplaudimos sua ida ao Governo Federal, porque Minas precisa, merece, é um Estado importante na Federação. Somos a terceira economia no País, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro, e podemos ser a quarta, perdendo, talvez, para o Rio Grande do Sul ou Paraná.

O Governador é a peça-chave para que Minas seja, cada vez mais, progressista, servindo de exemplo para o País e deixando de ser apenas a terra politqueira, que exporta grandes políticos, e não sai do lugar. É que a forma de fazer política, no mundo inteiro, mudou, e, como não poderia ser diferente, no Brasil também mudou. A ação política hoje deve ser reconhecida pela comunidade, que deve ser atingida pela ação política, e, a partir daí, reconhece e vota.

A expressão "levantar a voz de Minas" não pode ficar apenas na retórica. Só se levantará a voz de Minas com ações objetivas e concretas, que venham a fortalecer os mineiros e a melhorar sua qualidade de vida.

Fica nosso pedido de que o Estado tome seu caminho, e o nosso aplauso virá, sem dúvida.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, verificando que não há 26 Deputados em Plenário, solicito a V. Exa. que encerre a reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado João Pinto Ribeiro) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 30 Deputados; há 9 Deputados em reuniões de comissões. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, antes de iniciar a discussão, quero também render homenagens ao PT pelos 20 anos de atuação, dedicação e esforço para implantar neste País uma nova proposta, mais voltada para a realidade social. Temos de reconhecer o grande trabalho que prestou. Fica registrada minha homenagem a esse partido, esperando que continue a proposta inicial, de realmente atuar em defesa dos servidores, dos menos favorecidos, de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna. Parabéns ao PT pelos seus 20 anos!

Estamos aqui para discutir o veto do Governador Itamar Franco. As razões do veto, a meu ver, não são reais. Aliás, dos 16 vetos que o Governador opôs aos projetos de lei, a grande

maioria das suas justificativas são infundadas, sem nenhum conteúdo consistente. Na maioria das vezes, não são mais do que desculpas para não sancionar projetos de lei de altíssimo alcance, como é o caso do projeto do Deputado João Leite, que trata da proteção às testemunhas.

Como poderemos combater o crime, a marginalidade e a própria impunidade se precisamos de testemunhas, e elas não têm nenhuma proteção no Estado de Minas Gerais? Com isso, ficamos na contramão até do processo de direitos humanos, que avança, mas Minas, mais uma vez, ficará para trás.

Há também o veto a um projeto de extremo alcance, que é o do Código de Defesa do Contribuinte. Depois de Minas Gerais inteira discutir, gastamos dinheiro com diversas audiências públicas em todo o Estado, envolvemos toda a sociedade, comerciantes, empresários, trabalhadores, sindicatos e o próprio Governo, o Governador resolve vetar, porque, talvez, não tenha gostado. E as razões que apresentou para o veto não são mais do que desculpas esfarrapadas para não aprovar um projeto de altíssimo alcance para o Estado.

O projeto SIAF, que fala da transparência...

O Sr. Presidente - Esta Presidência gostaria de advertir o Deputado. V. Exa. está fugindo do assunto em pauta. Gostaríamos que o Deputado se ativesse à discussão do projeto de lei.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, estou buscando justificativas para fundamentar e dar mais força à idéia que estou defendendo. Acho que esse procedimento é perfeitamente procedente. Vou até ler as razões do veto e estou dizendo que não são mais do que desculpas. Estou também dizendo das desculpas que ele deu em outros projetos também. Acho que o assunto é pertinente. Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Miguel Martini, estou acompanhando a argumentação de V. Exa., nesta discussão do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.212, e compreendo perfeitamente a análise que V. Exa. vem fazendo, de que este é mais um dos 16 vetos que temos pela frente e que teremos de enfrentar no início dos trabalhos desta Assembléia Legislativa. Concordo com V. Exa. em que é lamentável que tenhamos de discutir novamente projetos que já foram aprovados pela Assembléia, que já foram discutidos com o Poder Executivo e que, no entanto, foram vetados pelo Sr. Governador.

É interessante, Deputado, ver que o Sr. Governador agora está constituindo comissões para analisar, por exemplo, a instituição do Código de Defesa do Contribuinte. Isso já foi discutido com a Assembléia, com os empresários e com o Governo. Mas agora teremos uma nova comissão para discutir o que já foi discutido.

O Deputado Miguel Martini - Se me permite, Deputado, é a estratégia para não discutir. É a estratégia exatamente para não avançar: cria-se uma comissão que nunca se reúne, em que as pessoas não fazem nada, e, aí, as coisas são mantidas como estão.

O Deputado João Leite (em aparte) - Pois é. Aí, teremos de enfrentar mais esse veto parcial aqui na Assembléia. Penso que todos esses vetos precisarão ser exaustivamente discutidos, porque consideramos que a Assembléia Legislativa gasta um ano discutindo nas comissões, convocando a Assembléia e a sociedade para essas discussões, e, depois, vem o Governador e veta os projetos que os Deputados tiveram o maior cuidado para construir. Em alguns casos, sentimos que o Governador não visa a nenhum interesse público ao vetar os projetos, embora diga que os vetos são em defesa desse interesse.

O Governador está sempre nos surpreendendo. Esses vetos são surpreendentes, como é também surpreendente a sua composição de Governo. Agora, ele tem um general. Acho muito interessante esse Governo de esquerda que veta o SIAF-Cidadão, veta a transparência e, ao mesmo tempo, faz uma aliança. Nunca poderemos dizer que é troca. Não existe troca. São composições que precisam ocorrer. Lamentavelmente, estamos acompanhando esse procedimento neste Governo. É interessante saber que teremos de acompanhar esses vetos depois de constatar que o novo Secretário foi o mesmo que ocupou o Palácio com os tanques. Mas agora ele é de esquerda e é muito bem-vindo, como estão dizendo vários companheiros do general.

Mas estamos acompanhando os trabalhos e estamos perfeitamente de acordo com V. Exa. Esperamos que a Assembléia Legislativa demonstre, nesta questão dos vetos, sua força e a representatividade que deve ostentar e que foi dada pelo povo de Minas Gerais.

Esperamos que a Assembléia Legislativa não se curve a tudo que é feito por esse Governo; não se curve ao militarismo; não se curve à ditadura do Poder Executivo, que tenta dominar o nosso Estado. Parabéns, nobre Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Tenho alguns cálculos feitos muito rapidamente e posso dizer que temos o Cel. Antônio Dias, que está na CEMIG, e outro Coronel, de cujo nome não me lembro, que está na ADEMG. Também a UTRAMIG está nas mãos de militares, e, agora, a administração pública está nas mãos de um General. Perguntamos: isso é preocupação com segurança pública em vez de preocupação com a condução da administração?

O Deputado João Leite - Mas, então, seria uma preocupação com a guerra. Os Generais estariam aí para enfrentar um inimigo que está fora do País, porque a questão da segurança pública é feita por agentes, por servidores públicos. Quem sabe o príncipe fará daqui um principado, e teremos uma nação cujo Ministro da Guerra já está empossado. Muito obrigado, Deputado Miguel Martini.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, queríamos continuar discutindo, mas os nobres pares precisariam ouvir, porque a intenção é que eles derrubem o veto. Como não há "quorum", solicito o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Às quinze horas do dia dezois de fevereiro do ano dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cabo Morais, Maria José Hauelsen e Antônio Roberto, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cabo Morais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria José Hauelsen, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente procede à leitura das seguintes correspondências: ofício do Sr. Djalmir Costa Bessa, Chefe de Gabinete da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo - SARC - do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, comunicando convênio desse Ministério com a Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE -; ofício da Sra. Maria da Glória Reis, Juíza de Direito da Comarca de São Domingos do Prata, encaminhando cópia dos autos nº 428/98, tendo como autor Geraldo Magela de Paiva e vítima a Fauna Silvestre, para análise da documentação expedida pela federação com a orientação do IBAMA, de forma a apurar as irregularidades contidas e para providências legais; ofício do Vereador César Masci, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, acusando recebimento do relatório sobre o Projeto Terra Sul - Cercadinho e colocando a Câmara à disposição para eventuais trabalhos conjuntos sobre essa região da cidade. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão e que designou a Deputada Maria José Hauelsen relatora do Projeto de Lei nº 645/99, no 1º turno. Passa-se a fase de discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados os seguintes requerimentos: 1 - da Deputada Maria José Hauelsen, em que solicita seja realizada audiência pública com representantes da Câmara Técnica do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA - e os demais representantes de entidades públicas e civis que atuam na área do meio ambiente, com o objetivo de discutir o anteprojeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 1.956-44, de 9/12/99, que altera dispositivos do Código Florestal; 2) do Deputado Fábio Avelar, em que solicita realização de audiência pública para ouvir os representantes da Associação Comunitária de Macacos, da COPASA-MG, da MBR e da FEAM, com o propósito de obter esclarecimentos sobre a denúncia publicada no jornal "Diário da Tarde" de 2/2/2000 acerca das enchentes ocorridas no ribeirão Macacos; 3) do Deputado Dalmo Ribeiro, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a atuação da Mineradora São Jerônimo, no Município de São João del-Rei e as possíveis ameaças à segurança do centro histórico da cidade, convidando para tanto as seguintes entidades: Câmara Municipal de São João del-Rei, Prefeitura Municipal,

Secretaria da Cultura, SEMAD, IEPHA. O Deputado Cabo Morais transfere a Presidência para a Deputada Maria José Hauelsen e apresenta requerimento solicitando realização de audiência pública na cidade de Patrocínio, com o objetivo de averiguar denúncia de poluição causada pela torrefadora Café Patrocínio no Município de Patrocínio. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. A Deputada Maria José Hauelsen retorna a direção dos trabalhos ao Deputado Cabo Morais, que agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2000.

Maria José Hauelsen, Presidente - Antônio Roberto - Fábio Avelar.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial do fundo somma

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Arlen Santiago, Rêmoló Aloise e Eduardo Brandão (substituindo este ao Deputado Márcio Cunha, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final da Comissão. Na ausência do relator anteriormente designado, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Rêmoló Aloise, que faz a leitura do relatório. Submetido a discussão e votação, é aprovado o relatório final, e, em cumprimento ao disposto no art. 114 do Regimento Interno, é ele encaminhado à Mesa da Assembléia. Após, o Presidente suspende a reunião por 5 minutos para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, o Presidente dispensa a leitura da ata, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da Comissão, o Presidente agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2000.

Arlen Santiago, Presidente - Rêmoló Aloise - Eduardo Brandão.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 113ª reunião ordinária, a realizar-se em 29/2/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 1.032/99, do Deputado Gil Pereira, em que solicita a inserção, nos anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Gazeta Mercantil" de 20/12/99, intitulado "A oposição que consolida seu espaço no cenário político do País". A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.212, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 7.658, de 27/12/79, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 56, que extingue o Fundo de Previdência Complementar da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - PRELEGIS. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2/99, do Deputado Durval Ângelo, que altera a seção III do capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/99, da CPI da Carteira de Habilitação, que acrescenta o art. 300 à Constituição do Estado e revoga o inciso III do art. 139. A Comissão Especial opina pela rejeição da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 77/99, do Deputado Wanderley Ávila, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Júlio solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 97/99, do Deputado Wanderley Ávila, que altera dispositivos da Lei nº 11.052, de 25/3/93, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 112/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que altera a composição do Conselho Estadual de Assistência Social. As Comissões de Justiça e de Administração Pública perderam prazo para emitir parecer. A Comissão do Trabalho opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 142/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que define direitos e obrigações dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte, e com as Emendas nºs 2, 3 e 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 148/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a publicação de matérias no "Minas Gerais", órgão oficial dos Poderes do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 157/99, da Deputada Ermanno Batista, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 160/99, da Deputada Maria Olívia, que concede passe livre no transporte coletivo intermunicipal do Estado aos Oficiais de Justiça e Comissários de Menores e contém outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que menciona, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 180/99, da Deputada Maria Olívia, que institui a meia-entrada para doadores regulares de sangue em locais que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 185/99, do Deputado Ermanno Batista, que reduz a alíquota do ICMS em operações internas destinadas ao comércio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 191/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre a concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 202/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher sustentáculo de família e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 224/99, do Deputado Rogério Correia, que obriga os servidores das Delegacias de Polícia a informar as vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. As Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 283/99, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Jequitinhonha os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 298/99, do Deputado Mauro Lobo, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nº 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2 e 3, da Comissão do Trabalho. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, a Emenda nº 2, da Comissão do Trabalho, e as Emendas nºs 4 e 5, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 316/99, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Transporte opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.194, de 26/11/73, que dispõe sobre a unidade de tesouraria e a execução financeira do Estado e dá outras providências. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Crédito Educativo - FECE - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção dos trechos rodoviários que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do

Substitutivo nº 2, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre associação do Poder Executivo a entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 372/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 10, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, e 9 e 10, da Comissão de Justiça, e 11 a 17, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, 9, e 10, da Comissão de Justiça, 11 a 17, da Comissão de Saúde, e 18 a 24, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 389/99, do Deputado Pastor George, que cria a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 393/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta disposições à Lei nº 11.404, que contém normas de execução penal. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 29/2/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 11/99, do Deputado Mauro Lobo; Projetos de Lei nºs 467/99, do Deputado Ronaldo Canabrava; 177/99, da Deputada Maria Olívia; 66/99, do Deputado Bilac Pinto; 284/99, do Deputado Hely Tarquínio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 227/99, do Deputado Durval Ângelo; 487/99, do Deputado Agostinho Silveira; 596/99, do Deputado Anderson Aduato e do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.061/2000, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 34ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 1º/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.078/00; 1.079/00; 1.080/00; 1.081/00; 1.082/00; 1.083/00 e 1.084/00, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 31ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.100/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.111/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 30ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.095, 1.096, 1.097 e 1.101/2000, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Finalidade: discutir o processo de transferência do CEASA-MG e da CASEMG, do Estado para a União, propondo que no caso da CASEMG, a federalização seja feita em lotes, dando prioridade às cooperativas ou a similares municipais; a desvinculação do Mercado Livre do Produtor e da Vitasopa (CEASA-MG); o destino dos Barracões do Produtor e de outras dependências vitais à Política de Abastecimento do Estado (CASEMG); o programa de armazenagem comunitária; o destino dos funcionários dessas empresas, e se apreciarem as matérias constantes na pauta.

Convidados: Secretários de Estado da Fazenda, de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Presidentes do CEASA-MG, da CASEMG, da OCEMG, da APHCHEMG, da ARBECE, da SINTRAG, da Associação Comercial do CEASA-MG - AC Ceasa -, da FAEMG, da FETAEMG, Procuradora-Geral do Estado, Superintendente da CONAB-MG, Presidente do SERVAS, e a Comissão do Trabalho da Previdência e da Ação Social desta Casa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 1º/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.047/2000, do Deputado Arlen Santiago; 1.053 e 1.054/2000, do Deputado Marco Régis; 1.056/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.072 e 1.073/2000, do Deputado José Milton; 1.074/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.085 a 1.088/2000, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.102/2000, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da CPI do Narcotráfico, a realizar-se às 15 horas do dia 2/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o depoimento do Sr. Wesley da Silva, tabelião substituto do Cartório do 2º Ofício de Notas de Betim.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 2/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 29/2/2000, destinada à apreciação dos Vetos Parciais à Proposição de Lei nº 14.212, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 7.658, de 27/12/79, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Mineira de Turismo -TURMINAS-, e à Proposição de Lei Complementar nº 56, que extingue o PRELEGIS; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 2/99, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias; 25/99, da CPI da Carteira de Habilitação, que acrescenta o art. 300 à Constituição Estadual e revoga o inciso III de seu art. 139, e 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição do Estado, e dos Projetos de Lei nºs 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado; 77/99, do Deputado Wanderley Ávila, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências; 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências; 97/99, do Deputado Wanderley Ávila, que altera dispositivos da Lei nº 11.052, de 25/3/93, e dá outras providências; 112/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que altera a composição do Conselho Estadual de Assistência Social; 142/99, da Deputada Maria José Haueisen, que define direitos e obrigações dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros; 148/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a publicação de matérias no órgão oficial dos Poderes do Estado; 157/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências; 160/99, da Deputada Maria Olívia, que concede passe livre no transporte coletivo intermunicipal do Estado aos Oficiais de Justiça e Comissários de Menores e dá outras providências; 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS nos casos que menciona e dá outras providências; 180/99, da Deputada Maria Olívia, que institui a meia entrada para doadores regulares de sangue em locais que menciona e dá outras providências; 185/99, do Deputado Ermano Batista, que reduz a alíquota do ICMS em operações internas destinadas ao comércio; 191/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre a concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos; 202/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre reserva de recursos públicos destinados à habitação em benefício da mulher sustentáculo de família e dá outras providências; 224/99, do Deputado Rogério Correia, que obriga os servidores das Delegacias de Polícia a informar as vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal; 283/99, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Jequitinhonha os imóveis que especifica; 298/99, do Deputado Mauro Lobo, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo; 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências; 316/99, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada intermunicipais; 328/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.194, de 26/11/73, que dispõe sobre a unidade de tesouraria e a execução financeira do Estado e dá outras providências; 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Crédito Educativo e dá outras providências; 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção dos trechos rodoviários que menciona; 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a associação do Poder Executivo a entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências; 372/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências; 389/99, do Deputado Pastor George, que cria a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Estado, e 393/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta disposições à Lei nº 11.404, que contém normas de execução penal, e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de fevereiro de 2000.

Anderson Aduato, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Amílcar Martins, Cristiano Canêdo, Luiz Menezes e Ronaldo Canabrava, membros da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social; João Leite, Glycon Terra Pinto, Irani Barbosa, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 1º/3/2000, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir representantes de diversas entidades, os quais irão discutir as atuais condições de trabalho dos funcionários da Aços Especiais Itabira - ACESITA -, tais como o alto índice de licenças para tratamento de saúde, a utilização de policiais militares e civis na segurança da empresa, o cerceamento à livre organização sindical, e, ainda, analisar as conseqüências, para a região, das dispensas por ela efetivadas.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2000.

Ivo José, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/3/00, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater com convidados, em audiência pública, o Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça do Estado, que contém a organização e a divisão judiciária do Estado, visando obter subsídios para elaboração do parecer do relator, Deputado Chico Rafael, para o 1º turno.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

110ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 22/2/2000

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupo a tribuna no dia de hoje com triplicada emoção, para cumprir a incumbência que a magnitude do destino colocou sobre os meus ombros, de, como Deputada, representar a minha querida Polícia Civil, a Associação dos Delegados de Carreira da Polícia Civil e meus colegas Delegados de Polícia.

Há momentos na vida que nos convidam à mais honesta meditação de que sejamos capazes. O dia 17 próximo passado, na quinta-feira, para nós, Delegados de Polícia, foi um desses marcos definidos, quem sabe definitivo, na vida de todos nós.

As emoções desse dia foram profundas e ficarão para sempre gravadas em nossas memórias. Ali ficará, tenho certeza, um pouco das nossas almas e dos nossos corações.

Muitos são os sentimentos dignos e bons que nos assaltam neste momento, mas dois, sobretudo, sobressaem-se: saudade e gratidão. Estamos nos reportando ao grande amigo, ao grande Delegado, ao grande companheiro, Dr. Marum Patrús de Souza.

No dia 18/1/61, iniciu sua carreira na Polícia Civil como Delegado de Polícia I. Foi-se aconchegando e acomodou-se em nosso seio. Foi-se um amigo e um grande companheiro. Nossa convivência não sofreu nunca um esmorecimento ou uma suspeita, pois sua amabilidade e bondade nos cativaram.

Vieram suas promoções para Delegado de Polícia II, em 25/11/65; Delegado de Polícia 3ª classe, em 6/8/66; Delegado de Polícia Classe Especial, em 9/8/66, chegando, finalmente, ao topo da carreira, como Delegado-Geral de Polícia, em 20/8/86.

Ainda ocupou vários cargos no âmbito estadual, como: Chefe das Coletorias de Guricema e Juiz de Fora, Chefe da AF-I de Além Paraíba, todos da Secretaria de Estado da Fazenda; Diretor de Transportes e Serviços Gerais da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração; Chefe do Departamento de Transportes e do Departamento de Telecomunicações, Delegacias Especializadas de Armas, Munições e Explosivos, Repressão à Vadiagem e outras; todas da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Presidente da Comissão de Controle de Veículos Oficiais do Palácio da Liberdade e da Assembléia Legislativa, no tempo em que era Presidente o Deputado João Ferraz.

Estamos falando de um homem, não no seu complexo intraduzível, mas nas peças fundamentais que constituem a moldagem de seus legítimos caracteres, porque o grande homem não se limita ao tempo nem ao espaço. Estamos falando do Dr. Marum Patrus de Souza, filho de Patrus João Simão e Maria da Conceição Patrus, nascido em Ressaquinha, Minas Gerais, em 15/9/33, casado com a Sra. Marisa Martins Patrus e pai de Marco Antônio Martins Patrus; Marcelo Martins Patrus; Marina Martins Patrus e Marco Antônio Martins Patrus; e irmão do nosso querido amigo e companheiro, Deputado Agostinho Patrus. Amigo, receba o nosso respeito, a nossa admiração e as nossas homenagens como fruto da sinceridade de nossos sentimentos e de nosso espírito.

Quando empresário, o nosso querido Dr. Marum, contribuiu muito para com a nossa sociedade. Era um empresário que administrava com amor e com seriedade, voltado para o bem-estar e para a busca da igualdade. Por isso, era muito amado por todos que tiveram o privilégio de com ele conviver. Como pai e esposo, sua vida foi um exemplo. Foi um homem atuante e participativo que viveu intensamente no meio esportivo, sendo também conselheiro do nosso glorioso Clube Atlético Mineiro. Lembro-me, com muito carinho, das rápidas visitas que fazia aos nossos gabinetes, dizendo que estava passando por aqui e não poderia deixar de nos ver. Esse é o grande amigo e grande companheiro Dr. Marum Patrus. E lembro-me agora do Prof. Eliézer Rosa, quando falava para um amigo seu: "Hoje ele vive na saudade, essa infalível companheira que torna ainda maior a grande solidão. A morte é a mais estranha de todas as sentenças constitutivas; nasce coberta pela coisa julgada, exatamente para tornar inútil toda queixa contra sua injustiça". A finura, o carinho e a fidalguia que conseguia transmitir a todos nós vão constituir uma página perene de recordações em nossos corações. Estamos de luto. Ao nosso caro amigo Dr. Marum, a nossa eterna saudade. Muito obrigada.

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada, meus pais escolheram que eu nascesse próximo ao rio São Francisco, portanto sou uma ribeirinha. Na minha infância, ele era imponente, forte e respeitado. Cresci ouvindo histórias do nosso "Velho Chico", pois era na fazenda, às suas margens, que passava as minhas férias. No período chuvoso, ele causava medo. Dizia papai: "O rio vai jorrar por todos os lados". A minha memória registra imagens de um mar barrento, arrastando tudo o que encontrava pela frente. Passar pela sua ponte era uma aventura, era medo misturado com muita emoção.

Hoje, passando pela mesma ponte, vejo um rio tímido, triste e abandonado. Pelas ruas de minha Lagoa da Prata era cena comum pescadores vendendo seus peixes amarrados às suas bicicletas. Eram enormes. Enchentes, que eram atração, viraram coisa do passado. Há muito não acontecem por lá. Pescadores pelas ruas, não se vêem mais. Cansado na sua nascente, imagino como está no resto de seu percurso, de 2.624 km. O "Velho Chico" está morrendo.

Geógrafa que sou, tenho consciência do que está acontecendo com o Rio da Integração Nacional. Desde a serra da Canastra, no coração de Minas Gerais, até o mar, o rio São Francisco desempenhou, ao longo dos séculos, um relevante papel no povoamento e na integração do interior brasileiro.

Represento nesta Casa o Centro-Oeste de Minas, nele incluído o Município de São Roque de Minas. Represento, portanto, a nascente do "Velho Chico". Nossa preocupação e nossa responsabilidade são grandes. A cada amanhecer, sua nascente demonstra que o rio está perdendo forças. E indago a mim mesma: E se ela morrer?

Para salvar o "Velho Chico" precisamos, em primeiro lugar, cuidar daquele filete de água que jorra na serra da Canastra. Diria: a nascente é o coração que pulsa, é a responsável pela vida do rio que todos precisamos salvar. Parabéns à ONG Novo Chico, que sai em prol da recuperação e preservação do rio São Francisco. A ONG foi criada por pessoas que, acostumadas a percorrer o rio, são testemunhas de que ele está prestes a morrer. Queremos participar dessa iniciativa como ribeirinha, como geógrafa e também como política. Somos muitos Deputados nesta Casa que representam a bacia do rio São Francisco. Sempre digo: aqui não somos Deputados de região. Somos, sim, Deputados do Estado de Minas Gerais. Registro o empenho e a determinação dos nobres pares, Deputados Edson Rezende e Adeldo Carneiro Leão. O "Velho Chico" agradece a todos que queiram participar e lutar por ele.

Gostáramos, Sr. Presidente, de solicitar da Mesa da Assembléia o apoio total e irrestrito à ONG Novo Chico na luta por sua nobre causa. Creio que a ONG, por não ser entidade governamental, desempenhará muito bem o seu papel, por ser constituída de pessoas que abraçaram a causa por amor. Por amor ao rio que já lhes deu tantos peixes e tanto lazer. São pessoas que aprenderam a amar o "Velho Chico", pessoas que realmente merecem o apoio deste parlamento. Muito obrigada.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres telespectadores, amigos e amigas presentes, em primeiro lugar, gostaria de fazer coro com a Deputada que me antecedeu, dizendo que queria fazer parte desse grupo de parlamentares que lutará para salvar o "Velho Chico". Faço-o hoje como Deputado da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, já que, como Vereador da Câmara de Belo Horizonte, lutamos intensamente para a canalização do ribeirão Arrudas. Todos sabemos que a canalização desse ribeirão, que já está praticamente completa, não é suficiente. Agora é preciso haver uma nova etapa: sua despoluição. E para tal teremos que falar, sem dúvida alguma, nas bacias dos rios das Velhas, do Onça e - por que não? - do São Francisco. Essas bacias hidrográficas estão entrelaçadas, e lutar pela recuperação e manutenção desses mananciais é uma obrigação de cada um dos parlamentares. Portanto, quero prestar minha colaboração a esses Deputados, em função da batalha que travamos ao longo dos anos, com relação à recuperação do ribeirão Arrudas em Belo Horizonte.

Tanto isso é fato, Sr. Presidente, que, hoje pela manhã estive, acompanhado de diversas autoridades estaduais e municipais, no Museu de Arte da Pampulha, tratando do PROPAM. Fazia referência ao PROSAM II, já que o PROSAM I está praticamente complementado. Esse programa, com certeza, viria a calhar com relação às bacias hidrográficas, no nosso caso, as do Onça e do rio das Velhas, que teriam mais a ver com a região metropolitana. Mas insisto que uma coisa não elimina a outra, e, portanto, é de fundamental importância que essas questões se entrelacem.

Anel rodoviário: uma história que se repete. Desde 1993, participei e fui coordenador do movimento "S.O.S. Anel Rodoviário". Primeiro, levantamos a bandeira da iluminação, que foi uma campanha vitoriosa. Conseguimos a iluminação dos 26km. Como todos sabem, o anel rodoviário foi duplicado no início da década de 70 e, desde aquela oportunidade, precisava ser complementado com iluminação e obras de infra-estrutura. Infelizmente, houve a necessidade de nascer um movimento, em 1993, o S.O.S. Anel Rodoviário, para que as obras se iniciassem. Depois, lutamos pela recuperação e construção de nove passarelas. A Prefeitura comprometeu-se, abriu licitação para apenas quatro, realizou apenas uma, em frente ao Bairro Califórnia, e agora, por meio do Orçamento Participativo, irá fazer outra na Vila Magnesita.

Naquela época, fizemos várias reuniões e visitas e levantamos toda a situação, com a participação de nossos parceiros interessados em uma solução urgente. Em setembro de 1995, ficou definido, em convênio assinado, que o Governador do Estado faria a iluminação, e realmente o fez. Ao DNER, cabia a recuperação da pavimentação, a sinalização e a construção das defensas. Na verdade, foram feitas obras paliativas, que não resolveram o problema. Nesse sentido, Sr. Presidente, quero aqui render a minha mais sincera homenagem e meu mais sincero agradecimento ao ex-Diretor-Geral do DNER, hoje Prefeito de Juiz de Fora, o Sr. Tarcísio Delgado, que se empenhou, à frente daquele órgão, para fazer valer sua promessa. Vejam os senhores que, na oportunidade, tínhamos um governo federal do PSDB; o comando do DNER, do PMDB, e a Prefeitura de Belo Horizonte, do PT, entretanto conseguimos, por meio de nosso movimento, que os três níveis de governo concorressem pelas intervenções no anel rodoviário. Não era uma questão esdrúxula, mas, por se tratarem de partidos diferentes nos diversos níveis de governo, essa conquista deve ser sublinhada. À Prefeitura caberia, então, a transferência das famílias das áreas invadidas e a construção de nove passarelas.

Recentemente, a Câmara Municipal de Belo Horizonte criou uma comissão para analisar a questão das invasões. Os culpados pelas invasões são, em parte, o DNER, que não fiscalizou com a devida atenção, e a Prefeitura de Belo Horizonte, em função desse convênio que foi assinado, porque de lá para cá muitas invasões foram feitas. Um exemplo está no Bairro Nazaré, onde podemos verificar grande quantidade de invasões ao longo das obras do anel rodoviário. Isso também é culpa da Prefeitura, que não cumpriu o acordo feito em 1993. Construiu somente uma, no Bairro Califórnia. Agora, começará a construção da segunda, porque isso consta no orçamento participativo.

Vejo nos jornais matérias, de até uma página, abordando as mesmas questões que eram e continuam sendo as nossas prioridades àquela época. Voltam à cena as visitas e entrevistas, falando da necessidade e do custo da obra, uma verdadeira cortina de fumaça para adiar, mais uma vez, a solução definitiva para o anel rodoviário. Isso é um absurdo; é uma tentativa de enganar a opinião pública. A rotina de acidentes, mortes e descaso com a vida dos cidadãos precisa acabar. Nem a transferência das famílias das áreas ocupadas foi feita, e as invasões vêm aumentando dia-a-dia. Neste momento, o que mais se espera é que o DNER e a Prefeitura cumpram o convênio de 1995, que tem prazo de validade até o final deste ano, realizando as obras previstas, nada mais do que isso.

Gostaria de revelar que, ainda como Vereador, tentei entrar na Justiça contra a Prefeitura de Belo Horizonte e contra o DNER. Infelizmente, não consegui fazê-lo, porque o convênio

tem duração até o final do ano 2000. Espero que no final deste ano não tenha de partir para essa luta, procurando a Justiça, a fim de que a Prefeitura de Belo Horizonte e o DNER cumpram o acordo feito com o Movimento SOS Anel Rodoviário e com a comunidade belo-horizontina, fazendo, portanto, a sua parte.

Neste momento, Srs. Deputados, tomo a liberdade de ler o editorial do jornal "Estado de Minas", de 10/7/96, na coluna "Notas do Dia". Diz o editorial: (- Lê:)

"Muita promessa e pouca obra no anel rodoviário. O tempo vai passando e a anunciada reforma do anel rodoviário vai ficando para as calendas gregas, isto é, para um tempo indeterminado. Depois de um trabalho intenso do grupo S.O.S. Anel Rodoviário, liderado pelo Vereador Márcio Cunha, que foi atrás dos Governos Federal, Estadual e Municipal, foi assinado um convênio. Feitas as promessas e anunciados os planos, parecia que, finalmente, aquela importante via de comunicação, que não interessa apenas a Belo Horizonte, mas ao Estado e ao próprio País, receberia um tratamento devido, o que, infelizmente, não está acontecendo. Não que o S.O.S. Anel Rodoviário esteja parado. Antes pelo contrário, pois o grupo continua a pressionar, exigindo pelo menos o cumprimento de algumas promessas feitas. Por enquanto, apenas a iluminação está tendo um pálido começo, com a colocação de postes em vários pontos, mas com um detalhe: há mais placas anunciando a iluminação do que realmente luzes. O resto está em compasso de espera, deixando no ar a sensação de que o anel torna-se um segundo prolongamento da Av. Pedro II, que só volta ao noticiário em tempo de eleição. O dramático de tudo é que o anel, a cada dia, tem o seu estado de saúde piorado: os buracos aumentando e os acidentes crescendo, sem nenhum sinal livre no caminho".

Sr. Presidente, fiz questão de ler essas "Notas do Dia", esse editorial do "Estado de Minas", do dia 10/7/96, porque, com exceção da iluminação, que, felizmente, foi implantada, o editorial, "ipsis litteris", com relação ao restante, é verdadeiro. Portanto, peço que esse editorial conste na ata dos trabalhos de hoje, porque nele se menciona que, infelizmente, obras importantes para a população de Belo Horizonte somente são ensejadas, solicitadas, exigidas em época de campanha. Vejo hoje a questão se repetindo.

Destaco, também, a atuação da Rede Globo de Televisão que assumiu a bandeira do anel, fazendo matérias constantes sobre o assunto. Apesar disso, as nossas autoridades não resolveram praticamente nada.

Na verdade, a situação do anel rodoviário é muito pior do que há cinco anos. E a tendência é piorar, devido à omissão das autoridades. Em 1997, o anel tinha uma previsão no orçamento da União de R\$50.000.000,00. Sabem quanto foi liberado? Nada. Absolutamente nada. Em 1998, estavam no orçamento apenas R\$2.000.000,00. E foram aplicados R\$1.248.000,00. Em 1999, a previsão era de R\$400.000,00, apenas, verba que nem sabemos se foi aplicada. Ainda em 1999 fomos surpreendidos com a idéia de se fazer o rodoanel, que não foi adiante. Eu dizia, na oportunidade, que o rodoanel era importante e que daríamos a nossa solidariedade, mas que muito mais importante do que isso era ter respeito para com a população e concluir o anel rodoviário de Belo Horizonte. Diante disso, não é preciso dizer mais nada. É descaso mesmo.

Sr. Presidente, venho aqui, mais uma vez, e, infelizmente, vou ter de repetir esse discurso tantas vezes quantas forem necessárias para que as autoridades se comprometam, de uma vez por todas, com a população de Belo Horizonte. E, mais do que isso, respeitem um acordo público feito conosco, com a Prefeitura de Belo Horizonte, com o Governo do Estado e com o DNER. O Governo do Estado, é bom que se diga, cumpriu a sua parte. E quero dizer que, com toda a objeção e oposição que fiz e faço ao ex-Governador Eduardo Azeredo, rendo-lhe as minhas homenagens, porque cumpriu conosco a sua parte desse convênio: assumiu a iluminação e, realmente, a fez. Faço esse registro com muita honra, com muito respeito e com muita responsabilidade. Mas, com relação ao DNER e à Prefeitura de Belo Horizonte, já estou anunciando neste Plenário, na primeira vez que subo à tribuna neste ano, que no ano de 2000, se não fizerem as obras com que se comprometeram - e nesse convênio ficou determinado que seria até este final de ano -, vou entrar de peito aberto na justiça contra o DNER e contra a Prefeitura de Belo Horizonte.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Márcio Cunha. Quero ressaltar a importância da sua fala inicial, com relação ao meio ambiente do rio das Velhas e quero levantar a questão do rio São Francisco, que tem nele o desaguadouro do rio das Velhas.

Quero dizer, Deputado, que, neste final de semana, acompanhamos o lançamento da ONG "Novo Chico", em Pirapora, onde estiveram também presentes os Deputados Wanderley Ávila e Adélmo Carneiro Leão. Foi um momento extremamente importante de participação da população da região de Pirapora, Buritizeiros, Guaicuí e Ibiá e das autoridades e das ONGs dessa região.

O São Francisco é um rio de interesse nacional, desde pequenos aprendemos que é o Rio da Unidade Nacional. Então, interessa a todos os brasileiros e a todos nós, mineiros. Chamado de "Nilo brasileiro", é fonte de vida para a população ribeirinha, e também para pescadores que lá vão de outras regiões do Estado; é, também, fonte de lazer para os pescadores e para a população ribeirinha.

Essa ONG nasceu do movimento popular, do movimento dos pescadores do rio São Francisco, que estão preocupados com a sua degradação. É por isso que a ONG "Novo Chico" nos estimulou e estimulou a participação de órgãos governamentais, como a Secretaria do Meio Ambiente, o IGAM, o IEF, a CEMIG, a UFMG, a Polícia Florestal, a UNIMONTES - que esteve também presente - e estimulou a participação de outras ONGs que existem na beira do rio São Francisco. E essa ONG nos pediu, desde o primeiro momento, que constituíssemos aqui a Frente em Defesa do Rio São Francisco.

Iniciamos, na quinta-feira passada, essa primeira conversa e começamos a trabalhar com esse grupo, que está aberto a todos os parlamentares que quiserem participar.

Finalizando, quero dizer que, em contato ontem com o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Tilden Santiago, agendamos para depois do carnaval um encontro entre o Secretário do Turismo, o Secretário da Cultura e o próprio Secretário Tilden Santiago e os representantes dessa Frente Parlamentar em Defesa do Rio São Francisco e da ONG "Novo Chico", a fim de nos sentarmos a uma mesa e estudarmos essa questão do ponto de vista turístico-cultural, de lazer e da própria sobrevivência e equilíbrio ecológico do rio e da região. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sras. e Srs. Deputados, imprensa, galerias, senhores e senhoras.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Caro Deputado, vou pedir licença a V. Exa. já que temos agora uma reunião na Comissão de Turismo, para deixar meu protesto como belo-horizontino, mineiro, americano e também como cruzeirense. A CBF conseguiu agora, no final do torneio Sul-Minas, mudar a regra do jogo e prejudicar os times do Estado. Gostaria de propor aos nossos dirigentes esportivos, da Federação Mineira de Futebol, que se somassem ao América e ao Cruzeiro. A CBF acaba de tirar a vantagem que tinham o Cruzeiro e o América no jogo de amanhã, na semifinal da Copa Sul-Minas.

Então, fica meu protesto como parlamentar e mineiro, porque Minas já vem sendo prejudicada por tudo, e agora, no futebol. Nós, desta Casa, o Secretário de Esportes e a Federação Mineira não podemos deixar os times de Minas serem atropelados, como querem a CBF e a Federação Paranaense. Muito obrigado, Deputado Edson Rezende, e fica meu protesto como americano e, acima de tudo, mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Edson Rezende* - Sras. e Srs. Deputados, o assunto que queria trazer é extremamente importante e está na ordem do dia.

A discussão que hoje se coloca em relação aos medicamentos genéricos e a importância que se dá a essa questão é, mais ou menos, comparada à própria questão da alimentação.

Assim como é necessário que discutamos o problema da fome, é importante que discutamos também o problema do medicamento para quem está doente - o acesso ao medicamento barato e de qualidade para quem está sofrendo. O que está colocado para nossa reflexão é que os genéricos trazem duas concepções importantes: primeiro, resgatam o nome farmacológico, o nome do princípio ativo da substância; em segundo lugar, diminui o preço para o consumidor.

Temos assistido ao debate nacional, e há interesses de vulto e de peso nessa questão. Por longo tempo, vivemos recebendo e comprando medicamentos com nomes de fantasia. E esses sempre custaram acima das possibilidades da imensa população brasileira. Primeiro, porque o Brasil não produz mais de 90% desses medicamentos, que são importados. Em segundo lugar, para tornar mais atrativo o nome comercial, o nome de fantasia, os laboratórios investem pesadamente no "marketing", no custo do papel, da propaganda em jornais,

rádios e televisões.

E o povo brasileiro está cada vez mais doente porque está cada vez mais miserável, cada vez mais em piores condições de saúde, em piores condições de saneamento. Diante do problema social do desemprego e do subemprego, as condições para comprar medicamentos de quem está doente hoje são cada vez menores.

O Deputado Estadual do Rio de Janeiro Jamil Haddad, quando Ministro da Saúde do Governo Itamar Franco, empreendeu uma grande luta, levantou essa questão e tentou imprimir o processo dos genéricos na sua comercialização, mas foi vencido pelos interesses de grandes empresas internacionais. Agora consegue-se colocar uma meia dúzia de medicamentos genéricos no mercado, furando, inicialmente, o bloqueio dessas grandes empresas multinacionais. É aí, senhores, que temos que colocar a necessidade do conhecimento da população do fato de que o nome genérico significa o nome do princípio ativo, o nome farmacológico. Quando se coloca em dúvida o fato de se o genérico ser de boa qualidade, quero dizer que se não é de boa qualidade porque é genérico é porque já não era antes. A única coisa que mudou foi o nome. Tinha um nome de fantasia. A fonte, a empresa que comercializava antes o medicamento com o nome de fantasia é a mesma que hoje o coloca no mercado com nome genérico. A única coisa que está modificando é o nome de fantasia, passando a ter o nome genérico. Se se questiona a qualidade do medicamento, isso deveria ter sido feito muito antes. Na ordem do dia, coloco a questão da fiscalização desses medicamentos pela Agência Nacional de Fiscalização Sanitária. Aí está colocado um problema muito sério: como está sendo feita a fiscalização dos medicamentos em nível nacional? Qual o papel da Agência Nacional de Fiscalização dos Medicamentos? Que tipo de medicamento está chegando aos consumidores?

Esses questionamentos não são de agora, são de tempos passados. O importante agora é questionar a ação fiscalizadora do Governo Federal, por meio da Agência Nacional de Fiscalização Sanitária, e também, neste momento, a importância que assume a Superintendência Estadual de Fiscalização Sanitária no controle dos medicamentos. É nesse sentido que quero trazer essa experiência para os senhores.

Quem trabalha com medicina pública sabe muito bem que 80% da população brasileira hoje está quase impedida de comprar os remédios de uma receita. Na grande maioria das vezes, o paciente vai com uma receita e compra apenas um medicamento ou não compra nenhum. Nós, que trabalhamos na rede pública, como médicos do Estado, há mais de 17 anos, quantas vezes vimos pacientes saírem com uma receita e voltarem uma semana depois com a mesma doença ou até piores, porque não conseguiram adquirir os medicamentos necessários. Medicamento, hoje, é uma questão de vida e sobrevivência, como é a questão da alimentação. É por isso que colocamos hoje, na ordem do dia, essa questão dos genéricos, que é extremamente importante para o paciente. Quero dizer para os senhores que na minha vida atual, continuando o trabalho com medicina, quando mando um paciente adquirir uma medicação feita por manipulação, por um farmacêutico responsável, o custo do medicamento cai em 50, 60, 70% ou até mais, simplesmente porque foi manipulado e não teve o custo do "marketing", em que muitas vezes as empresas têm que investir, gastando com papel, propaganda e com o próprio representante, viagens internacionais, etc., bancadas por essas empresas.

Por exemplo, o custo do medicamento azitromicina, que no mercado das indústrias, com o nome de fantasia, custa de R\$40,00 a R\$45,00, quando o manipulamos cai para cerca de R\$18,00. Ou seja, há necessidade de que o Governo Federal implemente decididamente a lei dos genéricos e que haja também o compromisso de verificação da qualidade dos medicamentos. Neste momento, em que colocamos em discussão a questão dos genéricos, é também para dizer que, se alguém questiona a qualidade, é porque no passado não houve o monitoramento nem a fiscalização adequada desses medicamentos.

Perguntaria que medicamento é esse que os pacientes estão comprando e como, ao aviar uma receita na farmácia, eles podem ter certeza de estar tomando o medicamento bioequivalente, ou seja, que tem o mesmo princípio ativo do medicamento com nome de fantasia ou genérico.

Senhores, nessa atitude do Governador Itamar Franco de ir ao Ministério da Saúde procurar o Ministro José Serra para negociar a implementação de mais uma fábrica de medicamentos em Minas Gerais e anunciar que envia à Assembléia Legislativa um projeto de lei diminuindo a incidência do ICMS sobre os medicamentos genéricos, vejo que ele aponta para um caminho extremamente importante e vital. O Governador acertou quando tomou essa atitude, que vai ajudar a vida de milhões de brasileiros, de milhões de crianças que estão doentes e não podem comprar remédios, de milhões de adultos que não podem comprar remédios porque estão desempregados e de milhões de idosos que, na maioria das vezes, têm mais doenças e tomam, diuturnamente, três, quatro ou cinco medicamentos.

Imaginem o que é hoje a vida de um idoso mal assalariado e, na grande maioria das vezes, adoecido, tendo que tomar dois antidepressivos, uma medicação broncodilatadora, um vasodilatador cerebral, um medicamento que diminua os lipídeos e a gordura no sangue? Como esse paciente está comendo e vivendo? Então louvamos a atitude do Governador, que é extremamente importante, não somente para o bolso do consumidor, mas também por ser estratégica.

A questão dos medicamentos é de segurança nacional. Cuba, Índia e China estão produzindo medicamentos. Perguntaria: nós, brasileiros, não temos condição de investir em fábricas para produzir o nosso medicamento e não dependermos, como dependemos, da importação de 95% de todos os sais? Não é estratégico como também são as águas e o sangue, como já discutimos na Casa?

Investir na produção de medicamentos é diminuir o custo e facilitar o acesso a eles, mas é uma questão de autodeterminação de povos que precisamos, principalmente com a engenharia genética e com a biotecnologia, investir maciçamente, porque precisamos ter o mínimo de autonomia nessa questão.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Deputado Edson Rezende, quero concordar com suas palavras, porque acho que foi uma medida muito sensata do Governador buscar recursos no Governo Federal para que possa dar condição à Fundação Ezequiel Dias de produzir cada vez mais medicamentos com a qualidade que já vem demonstrando há algum tempo. Mas gostaria de fazer o seguinte registro: se hoje a Fundação Ezequiel Dias está nessa situação é porque no Governo passado teve total apoio para que pudesse implementar uma proposta de modernização, de ampliação de sua capacidade industrial. Acompanhei pessoalmente algumas situações, como os recursos da FAPEMIG em termos de pesquisas que eram realizadas na Fundação Ezequiel Dias.

Então acho que este é um momento importante para o Estado. Algo foi recuperado, está em expansão, e o Governador realmente quer prestigiar essa área. Concordo com V. Exa. que é fundamental para a nossa população, principalmente nesses programas de farmácias básicas, que existem remédios acessíveis. Que a própria Prefeitura possa comprá-los ou a própria população, em alguns casos, mas que possamos estimular essa alternativa, que interessa ao País.

O Deputado Edson Rezende* - Muito obrigado, Deputado Mauro Lobo.

Para finalizar, quero falar sobre uma proposta muito interessante que está sendo desenvolvida e já aplicada no País, que é a questão da fonte de recursos. Por essa proposta do Ministério da Saúde, o Governo Federal coloca R\$1,00 "per capita" por ano em um fundo de compra de medicamentos, enquanto o Estado entra com R\$0,50 e o município também, perfazendo hoje um total, que não é grande, em torno de R\$36.000.000,00, que servirá para tocar o mínimo possível em medicamentos básicos.

Essa é uma proposta muito interessante, e precisamos levá-la adiante. Precisamos equipar melhor a FUNED e abrir novas fábricas de medicamentos. Tenho certeza de que poderá servir não só a todos os postos de saúde de Minas Gerais, mas também a vários Estados que querem comprar e a alguns países da América do Sul, que já demonstraram interesse em comprar medicamentos de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dimas Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores que ocupam as galerias, assessoria da Casa, demais presentes, ocupo esta tribuna para tecer algumas considerações sobre o posicionamento do nobre companheiro Deputado Adelmo Leão em relação à atuação da SETASCAD.

Devo reconhecer a superioridade do Deputado Adelmo Leão, que, independentemente de ser um integrante da Bancada do PT nesta Casa, é um homem que honra este parlamento com a sua sabedoria. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Adelmo Leão, sinto-me no dever de discordar da afirmação do nobre colega de que as ações da SETASCAD e da Secretária Maria Lúcia Cardoso têm caráter puramente assistencialista e clientelista.

Temos conhecimento de que o próprio companheiro Deputado Adelmo Leão tem acompanhado pessoalmente diversas ações da SETASCAD, tendo estado presente na III

Conferência Estadual de Assistência Social, em novembro último, e na reunião para a assinatura de um protocolo de intenções entre a Secretaria de Estado da Assistência Social, o Ministério da Previdência e Assistência Social, a SETASCAD e o Governo de Minas, quando foi feito um pacto para a elaboração da agenda social, um instrumento participativo pactuado entre o Estado e a sociedade civil, sobre as ações da assistência social no Estado.

Nessas duas oportunidades o teor dos temas tratados foi justamente o incremento do sistema descentralizado e participativo da assistência social, somente possível de ser alcançado se cumprida integralmente a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS -, lei essa sancionada pelo então Presidente da República, hoje Governador de Minas, Dr. Itamar Franco.

A LOAS elevou a assistência social ao "status" de política pública de seguridade social não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado. Dessa maneira, a prática assistencialista e clientelista seria um gravíssimo descumprimento da ordem social vigente e um retrocesso inaceitável e impraticável no momento atual, quando a SETASCAD, embora gestora da política da assistência social, atua permanentemente em estreita parceria e cooperação com os conselhos estadual e municipais de assistência social, instância de participação da sociedade, com representação do Governo e da sociedade civil, em igual número, entidade idônea, acima de qualquer questionamento, posto que é gerida com absoluta transparência. E esta transparência tem sido adotada pela SETASCAD, cujo objetivo tem sido o de prestar serviços de qualidade ao cidadão, respeitando-o integralmente em seus direitos, facilitando seu acesso aos serviços e melhorando e ampliando a oferta dos serviços que estão sob sua responsabilidade.

Se a prática assistencialista ainda existe no País e no Estado, a responsabilidade não pode recair sobre a SETASCAD. A SETASCAD e o CEAS têm patrocinado duas lutas da assistência social, quais sejam a adoção da prática do comando único da assistência social e a centralização dos recursos no Fundo Estadual de Assistência Social. Fazemos distribuir, hoje, a cartilha produzida para a III Conferência Estadual da Assistência Social, a qual contém integralmente os textos da LOAS e da norma operacional básica da assistência social. Desta maneira, esperamos que os nobres colegas se informem devidamente sobre todos os mecanismos que regem a ação da SETASCAD e que por ela são integralmente respeitados, por questões de convicção e de respeito aos cidadãos. Dando prosseguimento ao processo, iniciado na III Conferência, a SETASCAD entregou, na plenária do CEAS, dia 28 de janeiro, o Plano Estadual da Assistência Social, fato inédito no Governo de Minas Gerais.

Tanto o PEAS como a agenda social foram amplamente discutidos com a sociedade civil, e está em curso um amplo diagnóstico de todos os municípios do Estado, devendo estar pronto em maio próximo, para ser incluído no plano plurianual, que levantará a situação da assistência social em Minas Gerais. Esse diagnóstico será utilizado para a definição dos instrumentos de monitoramento e controle de implantação do Plano Estadual da Assistência Social, o que significa um grande avanço, na medida em que o plano deixa de ser um documento e passa a ser um real instrumento de transformação social. Esse plano foi elaborado de forma realista, considerando o insuficiente orçamento da assistência social, que neste ano já sofreu um corte de 30% em relação aos recursos de 1999, que também foram insuficientes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos um pequeno levantamento das ações da SETASCAD, verificando que em 1998, com um recurso de quase R\$28.000.000,00, o Estado treinou cerca de 140 mil trabalhadores. Em 1999, na atual gestão, com recursos de R\$21.000.000,00, a SETASCAD atingiu 174.285 trabalhadores, em 545 municípios, ou seja, com R\$7.000.000,00 a menos, a SETASCAD treinou 34 mil trabalhadores a mais. Vale ressaltar que isso só foi possível por meio da decisão da Secretária Maria Lúcia Cardoso de estabelecer novos parâmetros para negociação com as entidades executoras. A Secretária Maria Lúcia renegociou os valores da hora/aula com todas as entidades executoras, reduzindo de R\$2,30 (valor pago em 1998) para R\$1,80 (em 1999). Esse valor foi o menor praticado em todo o País. Outra providência foi a inclusão de uma cláusula de contrapartida em todos os contratos, de forma que as entidades executoras se comprometeram a oferecer treinamento sem custo para um percentual médio de 10% por turma.

Com isso, 111 mil trabalhadores foram treinados com o recurso liberado pelo Ministério do Trabalho e outros 63 mil foram treinados sem ônus, como resultado da contrapartida estabelecida pela SETASCAD com as entidades executoras. Merecem destaque, ainda, o trabalho relativo ao seguro-desemprego, as ações do PROGER, incentivando a geração e a expansão de emprego e renda, por meio de empréstimos aos pequenos empresários e aos microempresários, ao cooperativismo produtivo e ao setor informal, as ações dos 59 postos do SINE, as ações de apoio à criança e ao adolescente, o Programa Casa-Lar, o Projeto ELOS, reunindo atividades de esporte, lazer, ofício e saúde, as campanhas sociais, como a campanha do agasalho, a campanha Minas Solidária, contando com o apoio da sociedade civil e do setor privado, todas elas com absoluto sucesso; e no âmbito interno da Secretaria, a redução dos gastos com pessoal e a capacitação dos servidores. O fato é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, se fosse continuar ocupando essa tribuna para mencionar as ações da SETASCAD realizadas e a realizar, não haveria tempo suficiente para fazê-lo.

Para encerrar minhas palavras, quero dizer que a Secretária Maria Lúcia Cardoso merece o reconhecimento desta Casa, pelo importante trabalho que vem realizando à frente da SETASCAD, trabalho esse da maior seriedade, da maior transparência, digno de nosso respeito e que tem como principal objetivo o bem-estar do povo mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, três assuntos nos trazem à tribuna na tarde de hoje, mas, devido à exiguidade do tempo, vamos ver apenas um deles, que não é o mais importante, mas, com certeza absoluta, é o mais grave. Trata-se de uma denúncia feita em decorrência de irregularidades encontradas pela Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Várzea da Palma em um hospital particular dessa cidade.

Não sabemos se em outras cidades do Estado acontece o mesmo que em Várzea da Palma, mas por intermédio desse requerimento que formulamos hoje, esse fato vem a Plenário. Esse requerimento, aprovado pelos nobres Deputados, irá à Comissão de Saúde e, com certeza absoluta, terá o respaldo dos Deputados Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, Cristiano Canêdo, Luiz Tadeu Leite e, na ausência de um desses membros efetivos da Comissão, com certeza o aprovarão os Deputados Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Jorge Eduardo de Oliveira e Ronaldo Canabrava, suplentes.

Do que trata essa denúncia? O teor do requerimento é o seguinte: "Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, sejam solicitadas as providências ao Ministério Público, ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Estado da Saúde para apuração de irregularidades apontadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Várzea da Palma, após levantamentos feitos no hospital particular Adolf Ensch, conveniado com o SUS, naquele município. Anexa, na oportunidade, documentação comprobatória das afirmações da gestora de saúde do município, destinada a instruir o processo que se pretende formalizar, adiantando estar adotando, pessoalmente, as medidas julgadas necessárias e pertinentes à questão".

Em Várzea da Palma, temos esse hospital particular Adolf Ensch. De que se trata?

Um médico muito bonzinho, em meio a essa pequena relação - porque é grande o número de pacientes - encontra a pessoa de meu pai, que procurou aquele hospital para ser tratado com recursos do SUS. O hospital, ao enviar para a gestora de saúde da Prefeitura o valor do trabalho prestado por seu hospital, envia, como no caso da paciente Adalci Nunes da Silva, que foi tratada pelo SUS, a relação com o valor de R\$97,90, que é o que custou ao SUS, nessa relação para a Prefeitura. Na outra relação, ou no disquete, que vai para a Superintendência de Saúde em Montes Claros, o valor de R\$97,90 é transformado em R\$353,70. Álvaro Gabriel de Ávila Júnior, meu pai, procurou o pronto-socorro e foi atendido pelo SUS. Na relação consta que as despesas do paciente Álvaro Gabriel de Ávila Júnior foi de R\$82,30. Para a superintendência em Montes Claros, é enviado o valor de R\$300,78. Há uma relação enorme de pacientes e valores. Estou citando apenas dois casos. Isso ocorreu apenas no mês de setembro. Para a Prefeitura, foi enviado o valor das despesas de R\$42.826,25, mas, para a superintendência de Montes Claros, foi enviado o valor de R\$55.235,57, que dá uma diferença de R\$12.409,32. No mês de outubro, essa diferença irá para R\$14.000,00. No mês de novembro, irá para R\$13.000,00; em dezembro, R\$17.000,00, o que aproxima de R\$60.000,00 em quatro meses. Temos a certeza absoluta de que o requerimento será aprovado aqui e na comissão.

Aproveitando, Sr. Presidente, o tempo que nos resta, gostaríamos de fazer coro com as palavras da Deputada Elaine Matozinhos, que manifestou seu pesar pela passagem ao oriente eterno do nosso querido Marum Patrús.

Farei uma homenagem ao não menos atleticano Roberto Drummond, fazendo minhas as suas palavras, para manifestar o meu reconhecimento. Roberto Drummond, no "Hoje em Dia" do dia 18, escreveu o "Tributo a Marum Patrús". (- Lê:)

"Torcia por uma camisa branca e preta pendurada no varal durante a tempestade. Bebia Atlético no café da manhã, almoçava Atlético, jantava Atlético, dormia Atlético e sonhava, é, ele sonhava, com gols do Atlético. O Atlético era sua paixão de todas as horas, e ele, como todos do clã Patrús, orgulhava-se de ter tido um irmão artilheiro, que honrou e dignificou a camisa branca e preta, o grande Mauro Patrús. A paixão pelos esportes Marum Patrús cultivou como flor, rosa, hortênsia, margarida, desde os anos jovens da época da FUME, com seu companheiro de sonhos, Gil César Moreira de Abreu. A paixão pela vida Marum Patrús plantava a cada manhã. A vida, a família, a esposa, D. Marisa, os filhos e os irmãos, eram

a rosa de Marum Patrus. Eu o encontrava no Mineirão, que ajudou a construir com sua devoção, encontrava-o em meio aos gols do Atlético, encontrava-o em meio a um sentimento que só quem ama de verdade um time de futebol conhece. O Atlético era a religião de Marum Patrus, era o seu partido político; dele, que tinha irmãos, o Deputado Sebastião Patrús, de saudosa lembrança, o Deputado Agostinho Patrús e um sobrinho, o ex-Prefeito Patrus Ananias, militando em partidos tão diferentes quanto o PFL e o PT.

Uma vez perguntei a Marum Patrus:

- Você vota no Patrus Ananias, portanto, vota no PT?

Respondeu:

- Voto no meu sobrinho Patrus Ananias da mesma maneira que voto no meu irmão Agostinho para Deputado: é o voto do coração, do sangue.

Vou recordar Marum Patrus como um homem cordial, como todos os descendentes de árabes no Brasil e em Minas, em particular. Os árabes criaram uma civilização nas terras "brasílicas". Os árabes nos ensinaram a magia do comércio. Ensinaram a fé no dia de amanhã. Deixaram sua marca na cozinha brasileira. Mas, acima de tudo, nos ensinaram a arte da convivência, da amizade, do coração sempre aberto a um amigo. A primeira palavra de Marum Patrus, sempre que o encontrava, era uma gentileza árabe. Transformava uma gota d'água num oceano. Transformava o oceano no planeta da cordialidade. Empresário bem-sucedido, Delegado de carreira, por onde Marum Patrus passou, deixou sua marca.

Vou recordar Marum Patrus, num momento grave da vida do Atlético, em que era preciso ter coragem, enfrentando o que tinha que enfrentar e demonstrando que, na presidência do Conselho do Atlético, estava não apenas um atleticano doente, estava um bravo, que não se dobrava, que não tinha medo de careta.

Marum Patrus, no entanto, era devoto do grito de gol. Bravo quando tinha que ser. Pura ternura árabe com os amigos. Marum Patrus ajudou a esculpir não apenas a grandeza do Atlético, ajudou a esculpir uma cidade cordial em que a amizade faz o maior de todos os gols".

Na pessoa de Roberto Drummond, fica a homenagem desse atleticano, desse seu companheiro de Conselho e, acima de tudo, da nação atleticana. Muito obrigado.

EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

Termos de Convênio para transferência de recursos financeiros que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas:

Convênio Nº 23/1999 - Valor: R\$23.200,00

Entidade: Prefeitura Municipal Brasília Minas - Brasília Minas

Objeto: Instalação de Estação Repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 24/1999 - Valor: R\$15.200,00

Entidade: Prefeitura Municipal Gurinhata - Gurinhata

Objeto: Instalação de Estação Repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 25/1999 - Valor: R\$17.600,00

Entidade: Prefeitura Municipal Campo Florido - Campo Florido

Objeto: Instalação de Estação Repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 26/1999 - Valor: R\$15.200,00

Entidade: Prefeitura Municipal Conselheiro Pena - Conselheiro Pena

Objeto: Instalação de Estação Repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 28/1999 - Valor: R\$15.200,00

Entidade: Prefeitura Municipal Mato Verde - Mato Verde

Objeto: Instalação de Estação Repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 29/1999 - Valor: R\$78.400,00

Entidade: Prefeitura Municipal Montes Claros - Montes Claros

Objeto: Instalação de Estação Repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 30/1999 - Valor: R\$15.200,00

Entidade: Prefeitura Municipal Nova Era - Nova Era

Objeto: Instalação de Estação Repetidora da TV Assembléia.

Convênio Nº 31/1999 - Valor: R\$17.600,00

Entidade: Prefeitura Municipal Prata - Prata

Objeto: Instalação de Estação Repetidora da TV Assembléia.